

"O século XXI não pode e não será um século americano."

Mikhail Gorbatchev, ex-presidente soviético, dizendo que uma globalização americana seria um terrível erro, ontem, em carta ao novo presidente dos EUA, George W. Bush

O tempo das crianças



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

A alocação do tempo das crianças constitui determinante fundamental da performance a longo prazo da economia brasileira. Isto é, se as crianças hoje frequentam a escola ou se trabalham, antecedem as condições sociais e econômicas em algumas décadas.

Pesquisa baseada em amostra de 2,5 milhões de crianças entre 10 e 15 anos nas metrópoles cobertas pela PME/IBGE, durante os últimos 20 anos, revela que: 6,9% não frequentavam os bancos escolares, enquanto 8,3% trabalhavam.

A proximidade desse número parece sugerir que a criança trabalha, logo não frequenta a escola. Entretanto, dois terços das crianças que trabalham também frequentam a escola. A principal consequência do trabalho infantil não é a evasão, mas a repetência escolar. A principal

praga do sistema educacional brasileiro (vide "A Pedagogia da Repetência", de Sérgio Ribeiro da Costa). Nada menos que 61,4% das crianças estavam pelo menos um ano atrasadas. A cada ano adicional de estudo, a renda do trabalho aumenta em média 16%. Retorno auferido para toda a vida ativa. É difícil imaginar investimento mais lucrativo do que passar de ano. Se o retorno da escolaridade é tão alto, por que a necessidade de o Estado intervir no tempo das crianças?

1) Retornos crescentes — Quando a criança passa de 0 para 4 anos de estudo, o ganho de renda é de 8% a.a. Ao passo que quando a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo, o retorno corresponde a cerca de 21% a.a. Existe uma armadilha de pobreza na qual para obter retornos mais altos, o indivíduo tem de investir antes mediante baixo retorno.

2) Externalidades — O retorno da educação para a sociedade como um todo é superior ao do indivíduo que é educado. Ricardo Paes de Barros mostra, por exemplo, que um dos principais determinantes do desempenho escolar local é a educação média das mães da comuni-

Impacto socioeconômico de aumento de 1 ano de estudo

Variável	Impacto
Crescimento Econômico	
Taxa média anual de crescimento da renda per capita (2000/25)	0,35
Taxa média anual de crescimento do salário industrial (2005/15)	0,85
Taxa média anual de crescimento das exportações (2000/15)	0,70
Crescimento Populacional	
Taxa média anual de crescimento da população (2000/15)	-0,26
Taxa média anual de crescimento da fecundidade total (2025)	-0,40
Taxa média anual bruta de crescimento da natalidade por mil (2025)	-2,40
Mortalidade e Longevidade	
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) - mulher (2025)	-8,90
Taxa de mortalidade infantil até cinco anos (por mil nascidos vivos) (2025)	-12,60
Expectativa de vida ao nascer - mulher (2025)	2
Expectativa de vida ao nascer - homem (2025)	2
Escolaridade	
Taxa de atendimento bruta nível secundário (2025)	5,20
Taxa de analfabetismo feminino (2020)	6,80

Fonte: Berhman, J. "Human Resources in Latin America and the Caribbean". Washington, Inter-American Development Bank, 1996.

dade. A tabela ilustra algumas consequências da acumulação de um ano a mais de estudo pela/para sociedade.

Agora, dadas essas falhas de mercado, que tipo de intervenção empreender?

1) Coerção — A adesão recente à resolução da OIT sobre trabalho precoce implica num aumento da idade mínima permitida de 14 para 16 anos. A taxa ocupacional aos 15 anos é de 21%.

2) Prevenção — O melhor antídoto contra o trabalho infantil é a educação, especialmente das mães: 23,6% dos filhos de analfabetas exercem trabalhos, domésticos ou externos, contra 1,7% dos filhos de mulheres com secundário completo. A produção de educação demanda educação como insumo. Entretanto, a maturação dos investimentos em políticas educacionais como o Fundef leva décadas. A obtenção de altos retornos sociais exige paciência.

3) Ambas — Um programa que concilia velocidade e durabilidade é o bolsa-escola, no qual as mães recebem uma bolsa condicionada ao desempenho escolar dos filhos. A expansão do bolsa-escola, aliada à ampliação paulatina da faixa etária de elegibilidade do programa até os 16 anos incompletos, constitui complemento desejável à nova resolução do trabalho precoce.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br